

# O leite derramado e a energia privatizada

JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO\*

J.B.  
28/5/98  
19

11

Pouco importa que tenhamos sido contra a privatização dos monopólios do setor elétrico. A realidade, com a qual temos que conviver, é que a Light e a Cerj agora são empresas privadas. *Rien à faire, e D'ont cry over spilt milk*, diriam nossos amigos franceses, da EDF, e americanos, da AES e da Houston, que controlam a Light.

Vamos então procurar meios e modos construtivos para que essas grandes empresas de eletricidade possam, de fato, assegurar bons serviços para a população do Rio de Janeiro, a preços justos para todos. É indiscutível que experiência para isso elas têm, haja vista a excelência dos serviços de eletricidade na França e nos Estados Unidos.

Penso que, com esse objetivo, o governo estadual deveria planejar e executar uma política baseada em modelo que integre o próprio setor energético, com os setores industrial, comercial e residencial. Para isto seria criado um conselho de planejamento energético integrado, do qual participariam representantes do executivo estadual, da Câmara Municipal e da Assembléia Legislativa, bem como de entidades de classe da indústria, comércio, turismo, associações de moradores, além, evidentemente, da Light e da Cerj.

O planejamento integrado a que me refiro deve basear-se em parâmetros que indiquem o real interesse, para as sociedades fluminense e carioca, das atividades industriais e comerciais em que é empregada a eletricidade. Particularmente esclarecedores seriam os indicadores de criação de empregos permanentes, e de valor da produção, por unidade de eletricidade consumida. Esses parâmetros permitem avaliar a utilidade pública dos projetos industriais e comerciais, af incluído o turismo. Em função dessa utilidade é que lhes seria então fornecida, segundo tarifas seletivas, a energia gerada em unidades que utilizam recursos naturais que pertencem a toda a sociedade, como o potencial hidroelétrico, por exemplo. Aliás, esta é uma das razões para que o Rio de Janeiro se empenhe pela permanência dos sistemas de geração e da transmissão de eletricidade sob controle estatal, ainda que sob a jurisdição do governo federal ou de outros estados.

Não pretendo alongar-me na discussão desse tema, pois qualquer pessoa que não seja idiota percebe que privatizar a geração e a transmissão de eletricidade significa adotar uma estratégia suicida, abrindo caminho para a formação de monopólios e cartéis que, dominando ambas as pontas do sistema, poderão aumentar draconianamente as tarifas e degradar a qualidade dos serviços, tal como aconteceu na Grã-Bretanha, como relata a revista *The Economist* de 28 de março último, em artigo intitulado "Going backwards".

É, portanto, indispensável que as instituições mais representativas da sociedade civil organizada (af incluída a Federação das Indústrias e a Associação Comercial) juntem esforços e prestígio político para impedir que o governo federal leve a cabo seu intento de privatizar Furnas e outras empresas do setor. E é claro que este movimento seria mais eficaz se fosse desenvolvido em articulação com outras unidades da federação, como Minas Gerais, São Paulo e Paraná, igualmente interessadas na garantia do suprimento elétrico em condições aceitáveis de preço e qualidade, para suas populações.

Por fim, convém assinalar que, com as privatizações, os lucros do setor, que atualmente são reinvestidos aqui mesmo, passarão a engrossar o déficit das contas externas, pois nenhum grupo brasileiro terá potencial para controlar as empresas elétricas de grande porte. A propósito disso, o **JORNAL DO BRASIL** de domingo, 10 de maio, na página 26, aponta para a "bomba relógio da remessa de lucros", mostrando que "em dois ou três anos, os investimentos estrangeiros vão se tornar uma pesada conta, quando começarem a voltar aos países de origem". De resto, é no mínimo estranho que só agora os economistas estejam descobrindo essa coisa óbvia, que há pelo menos 8 anos saltava aos olhos de qualquer pessoa de bom senso, quando se começou a falar em privatização de empresas de eletricidade, que, sem remeter lucros, já existiam e funcionavam muito bem.

\* Consultor na área de energia, foi diretor da Nuclen e coordenador industrial do Ministério do Planejamento